DECRETO-LEI N° 150 - 31.12.1969
(DOE 31/12/1969)

*Cria o Fundo Estadual Agropecuário (FEAGRO), na
Secretaria de Estado de Agricultura.*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARÁ, no uso da faculdade que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e,

CONSIDERANDO que, em virtude desse mesmo Ato Institucional, poderá durante o recesso da Assembléia Legislativa do Estado, legislar em todas as matérias e exercer as atribuições previstas na Constituição do Estado;

CONSIDERANDO que a Assembléia Legislativa do Estado, de conformidade com o disposto no artigo 1º do Ato Complementar n.º 49, de 27 de fevereiro de 1969, encontra-se em recesso;

CONSIDERANDO que o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, e os demais Atos posteriormente baixados continuam em vigor "ex-vi" do que dispõe o artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado, a Secretaria de Estado de Agricultura, um Fundo de natureza contábil, denominado Fundo Estadual Agropecuário (FEAGRO), destinado a estimular as atividades de produção agropecuária do Estado.

Parágrafo Único - Consideram-se atividades agropecuárias, para os efeitos deste Decreto-lei, as relativas à agricultura, à pecuária, à pesca, à indústria extrativa animal e vegetal, aos serviços florestais, à preservação dos recursos naturais renováveis e à sua exploração racional, bem como outras da mesma natureza.

Art. 2º - Os recursos do FEAGRO serão aplicados, sob forma rotativa, em programas de estímulo à produção agropecuária, inclusive:

I - na criação, multiplicação ou aquisição, com o objetivo de venda de reprodutores de alto valor zootécnico.

II - na produção ou aquisição para venda de sementes e mudas, vacinas e medicamentos veterinários, fungicidas e inseticidas, calcário, rações e outros elementos de produção agropecuária;

III - na aquisição para venda de máquinas e implementos agrícolas.

Art. 3º - Constituirão recursos do FEAGRO:

I - as dotações orçamentárias e os créditos adicionais que lhe forem destinados;

II - renda própria de qualquer natureza;

III - juros de depósitos bancários ou de operações financeiras de qualquer natureza;

IV - receitas eventuais.

Art. 4º- As receitas procedentes de qualquer fonte serão depositadas no Banco do Estado do Pará S/A, em conta especial, em nome do FEAGRO, à disposição do Secretário de Estado de Agricultura.

Parágrafo Único - Os saldos verificados ao fim de cada exercício serão transferidos para o exercício seguinte.

Art. 5º - Compete ao Secretário de Estado de Agricultura:

a - administrar o FEAGRO;

b - disciplinar e fiscalizar a arrecadação da receita, promovendo o seu recolhimento ao Banco do Estado do Pará S/A;

c - propor ao Governador do Estado, até 30 de novembro de cada ano o plano de aplicações do FEAGRO;

d - resolver sobre a aceitação de contribuições particulares ou oficiais, tendo em vista as condições apresentadas;

e - promover o desenvolvimento do FEAGRO;

f - prestar contas do FEAGRO nos prazos devidos, aos órgãos competentes.

Art. 5º - Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de dezembro de 1969.

Ten.Cel. ALACID DA SILVA NUNES